

No sobrado sobre a baía

Retrato da
burguesia de
Luanda no final
do século XIX

M a r i a J o ã o M a r t i n s

A verdade de uma cidade são os seus habitantes.

Simone de Beauvoir,
Memórias de uma Menina Bem-Comportada.

No SÉCULO XIX O MUNDO INDUSTRIALIZADO parte decididamente à conquista do mundo que não o era, com vista à obtenção de matéria-prima barata e de mercados para o escoamento da produção. O que antes fora comércio e aventura, torna-se investimento sistemático — calculista, frio, capaz de dividir a África entre os países europeus com interesses coloniais, como se os africanos fossem mera abstracção. Os entrepostos costeiros, como a cidade de São Paulo de Luanda (fundada pelo navegador Paulo Dias de Novais em 1576), dão lugar à ocupação e ao desbravar do terreno. Este será o tempo de homens com fome de grandes espaços, de desconhecido e... de poder — Cecil Rhodes, David Livingstone, Mary Kingsley (coisa espantosa para uma mulher educada na sociedade vitoriana!), Roberto Ivens, Hermenegildo Capelo... Pelos mesmos anos, Carlyle diria sobre a sua Inglaterra natal: *“A nossa pequena ilha tornou-se muito estreita para nós, mas o mundo ainda é grande por 6 mil anos”*.

Na história de Portugal colonial, 1836 constitui-se como um ponto de viragem. Nessa data em que o setembrismo triunfa na cena política portuguesa, prepara-se já a 2ª metade do século XIX e os grandes movimentos que o caracterizarão: entre nós, criam-se os liceus, fundam-se as Academias Reais de Belas-Artes de Lisboa e Porto e as Escolas Médico-Cirúrgicas. No exterior, o Texas torna-se independente do México, antecipando a sua integração nos Estados Unidos e Charles Dickens escreve *The Pickwick Papers*, um longo, mas saboroso, relato sobre a crescente importância dos jornais na sociedade inglesa do século XIX. Um ano depois, ascenderá ao trono a soberana que há-de ditar boa parte



A cidade de Luanda foi a primeira de fundação europeia na África negra.
Postal dos inícios do séc. XX.
Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino.

dos rumos da Europa e do mundo. Chamava-se Vitória, tinha dezoito anos e o seu reinado só haveria de terminar algumas gerações depois, em 1901.

O Ocidente estava, pois, em rápida mudança. E a cidade de Luanda, a primeira de fundação europeia na África negra? Também. Na Luanda dos anos 1840 assiste-se à luta entre as autoridades que pretendem pôr cobro ao tráfico negreiro e toda a secular estrutura montada em torno desse negócio que as novas mentalidades, oriundas da Europa, tinham por indigno.

Em 10 de Dezembro de 1836, um decreto assinado pelo Visconde de Sá da Bandeira, Vieira de Castro e Passos Manuel declarava proibido todo o tráfico de escravos nas colónias portuguesas ao sul do Equador. Sá da Bandeira, figura destacada da ala esquerda do liberalismo português, propunha-se, assim, iniciar um vasto plano de reformas coloniais que visavam construir “*um Brasil em África*”.

A reacção no terreno à decisão tomada por Sá da Bandeira não podia ser mais negativa. Para além de se verificar a continuidade do tráfico a

partir dos portos de Ambriz, Cabinda e Luanda, várias vezes (nomeadamente por parte da Junta Governativa, que desde 1836 dirigia a colónia, constituindo-se como porta-voz da burguesia colonial) fazem-se ouvir contra o que dizem ser a ruína do comércio angolano. Tinham as suas razões. Segundo Andrade Corvo, nesse mesmo ano de 1836, o rendimento público da quase totalidade das colónias portuguesas (postos da Índia, Macau, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde) somava qualquer coisa como 578 contos. Destes, 288 provinham das colónias asiáticas e 290 das africanas. Para esta última soma, o tráfego intercontinental de escravos contribuía com duzentos contos.

A transição para uma sociedade e para uma economia não escravagista foi, pois, muita lenta e dolorosa. Luanda, uma vez perdida a sua condição de grande entreposto negreiro, demorou décadas a encontrar um novo destino. A sua posição costeira, na mesma latitude que o Brasil e a América do Sul, afigurava-se-lhe uma quase

fatalidade. *“As condições geográficas por uma parte e por outra as demográficas e étnicas da região fizeram durante séculos de Angola uma dependência do Brasil e da América espanhola, subordinação mortal para a província que só partindo o vínculo da escravatura ganhou vida própria e isenta”*¹.

Das elites crioulas ao primado dos brancos

A sociedade que se fundamentava no tráfego negreiro tinha contornos essencialmente crioulos. Nos lugares intermédios da administração e mesmo nos corpos do exército podiam-se encontrar numerosos elementos de famílias locais. Exemplos desta situação não faltavam na Luanda de meados do século XIX. Chamavam-se Galiano, Pinto de Andrade, Necessidades Ribeiro Castelbranco, Vieira Lopes, Matoso de Andrade, Regada, Françoni, Pinheiro Falcão, Nascimento da Mata, Maia Ferreira e constituíam o poder económico (às vezes, também o



A transição para uma economia não escravagista foi muito lenta e dolorosa. Vendedora de farinha. Lisboa, Arquivo Histórico Diplomático.

político) da cidade. A estes somavam-se alguns negociantes brasileiros como Francisco Flores, proprietário de minas e de embarcações que estabeleciam a rota Lisboa-Luanda, Carvalho Bastos ou o médico Saturnino de Sousa e Oliveira, cônsul do Brasil, estudioso aplicado das condições sanitárias da cidade e animador das récitas do Teatro Providência. Mas o exemplo mais emblemático é, provavelmente, o da excepcional figura de mulher, que respondia pelo nome de Ana Joaquina dos Santos. Mestiça (simbolizou, afinal, o poder do mestiço na sociedade que tinha o tráfico negreiro por fundamento económico), era conhecida em Luanda por “Baronesa do Bungo”, já que o magnífico sobrado em que residiu se localizava no bairro com aquele nome. Ana Joaquina dos Santos justificava o título atribuído pelos populares com um vasto império, arduamente gerido. A uma intervenção poderosa no comércio externo, sobretudo com o Brasil (provavelmente também no tráfico negreiro), acrescentava a posse duma considerável frota de vastos terrenos de exploração agrícola.

Morta já muito idosa em 1853, durante uma viagem a Portugal, D. Ana Joaquina dos Santos deixou aos netos um valioso legado. Se tivesse vivido mais vinte anos, talvez não lhe fosse possível desempenhar papel tão preponderante na sociedade luandense.

Nas últimas décadas do século XIX, a população branca da cidade cresce razoavelmente. Dos 13,8%, observados em 1887, passou-se a 32%, dez anos depois. Embora a verdadeira explosão demográfica só acontecesse a partir de 1940, estes dados não deixam de ser significativos, sobretudo se se tiver em consideração que, do século XVI à 2ª metade do século XIX, a situação pouco evoluía.

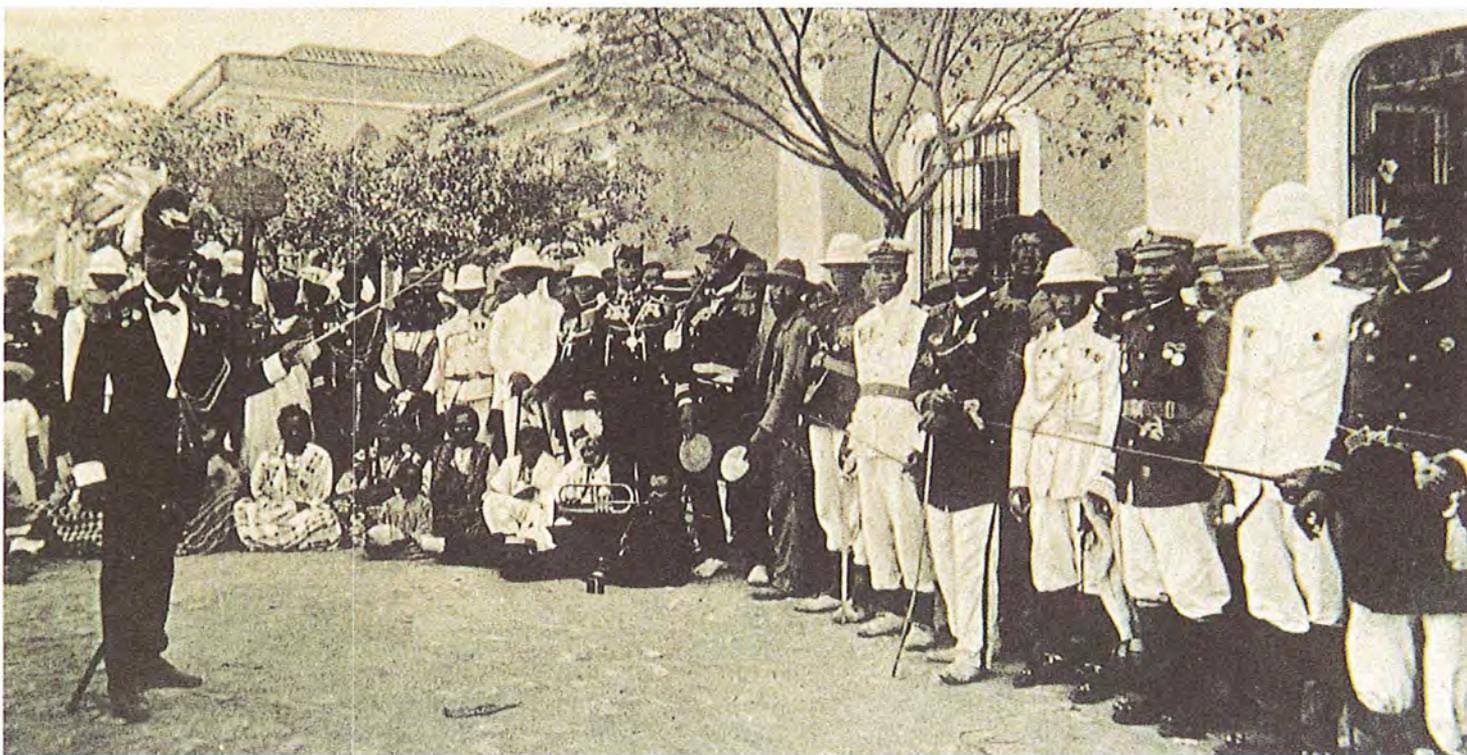
No final do século XIX, uma das principais características da sociedade luandense foi a concentração do poder económico e político nas mãos da burguesia mercantil. Estes homens

— oriundos da metrópole, na sua grande maioria — dominavam o grande comércio com as Américas (nomeadamente com o Brasil e os Estados Unidos) e com a Europa e frequentavam com igual desprante as lojas de secos e molhados da zona baixa e os bailes no Palácio do Governador. Em breve, apesar do burburinho suscitado por origens mais do que humildes e, às vezes, suspeitas, enveredavam por um cargo político.

Existia, com efeito, uma “coincidência” entre elites económica e política, como bem o atestam as listas de recenseamento eleitoral, onde se aludia à profissão, morada e capacidade económica dos eleitores. A lista de 1889 mostra-nos, por exemplo, que a esmagadora maioria do grupo de maiores contribuintes da cidade pertencia ao grupo dos negociantes. Saliente-se que estes homens eram elegíveis para o cargo de deputado às cortes pelo primeiro círculo de província de Angola. Acrescentavam-se-lhe outros, de menores rendimentos, mas quase todos desempenhando a mesma actividade. Estas listas tornam-se uma fonte particularmente útil, para uma época em que vigorava o voto censitário, cujo sistema acabava por entregar o poder político nas mãos dos grupos economicamente mais fortes.

Para além da capacidade de eleger um deputado às cortes entre os seus, a burguesia mercantil luandense dominava a Câmara Municipal (aponte-se um exemplo: António Joaquim Ferreira Gusmão, acima referido, foi presidente daquela entidade, na última década do século XIX). De resto, era esta mesma burguesia que intervinha e dominava a actuação de órgãos políticos como a Comissão de revisão de recenseamento eleitoral.

Se atentarmos nos nomes, que se repetem nas listas ao longo de anos, verificaremos que desapareceram dos centros de decisão famílias como os Galiano, Pinto de Andrade, Necessida-



des Ribeiro Castelbranco, Vieira Lopes, Matoso de Andrade e Maia Ferreira. A ilegalização e gradual desaparecimento do tráfico negreiro determinaram a substituição das oligarquias (se assim lhes podemos chamar) que, com ele, enriqueciam.

Esta elite mercantil constituía, segundo historiadores como Adelino Torres (nomeadamente na sua tese *O Império Português entre o Real e o Imaginário*), um grupo distinto e de interesses autónomos, quantas vezes contraditórios, face à burguesia metropolitana. Assim aconteceu durante a primeira metade do século XIX, com a independência do Brasil (na sequência da qual se temeu a ligação de Angola ao novo reino, proclamado por D. Pedro) e com a abolição legal do tráfico negreiro. Assim aconteceria, já na segunda metade do século, com vários conflitos protagonizados pelas elites locais e pelo Banco

Nacional Ultramarino (criado em 1864), considerado uma lança da burguesia metropolitana e seus interesses em Angola. Do fortalecimento desta identidade de classe resultará a busca de um certo cosmopolitismo, de que a burguesia colonial gostava de fazer algum alarde.

A procura de um certo cosmopolitismo – os postos caros da burguesia

Os livros chegavam, como as peças da última moda, nos navios oriundos da Europa. Em 1899, Luanda importava da Alemanha livros impressos no valor de 145 000\$000, embora o maior abastecedor fosse a França — como se impunha nessa época em que a literatura e a cultura francesas eram as mais seguidas e imitadas da Europa —, de onde se importavam livros impressos no valor de 283 000\$000 réis². Julho

O Carnaval foi até ao princípio do século XX um rito de miscigenação. Neste postal podemos ver um grupo de cabindas preparado para dançar. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino.

Monteiro Torres, comerciante de Luanda, recebia da Europa essas novidades literárias e recebia assinaturas para publicações metropolitanas e estrangeiras. Em Dezembro de 1880, recebeu pelo vapor *La Plata* os seguintes livros:

- *Naná*, de Émile Zola;
- *O Mandarim*, de Eça de Queirós;
- *A Volta do Mundo* (novo jornal de viagens);
- *O Plutharco Portuguez* (jornal de retratos e biografias).

Mas Julião Monteiro Torres, que também importava e vendia fatos de linho, não era o único comerciante envolvido na venda de livros aos luandenses. Na mesma edição do *Jornal de Loanda*, Macedo Leal anunciava que recebia assinaturas dos seguintes folhetos e periódicos:

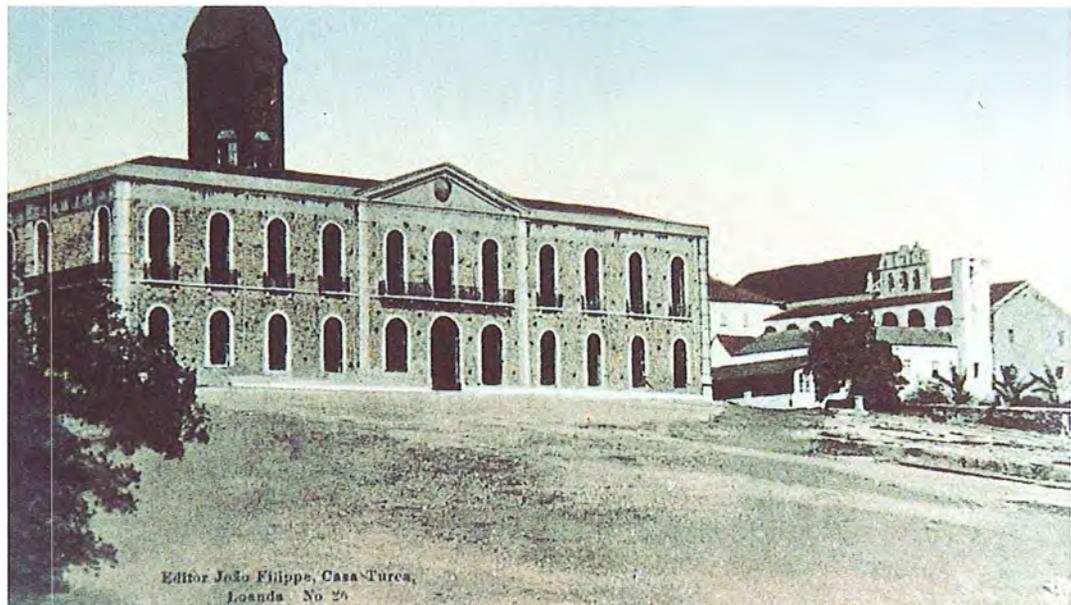
- *Atravez do Continente Negro*, de H.M. Stanley;
- *As mil e uma mulheres*, de Jules Lermine;
- *O Juramento dos Homens Vermelhos*, de Visconde Ponsen du Terrail;

- *Os Subterrâneos de RocKey*;
- *A Mulher de Três Caras*.

Tais títulos, embora escassos, indicam-nos, em certa medida, as preferências deste público. Aos grandes nomes da literatura contemporânea (como Eça e Zola) somavam-se, com maior preponderância, os livros e o jornalismo de viagens (de que as obras do fotógrafo Cunha Moraes e do explorador americano Stanley são exemplos maiores), muito bem sucedidos na Europa do século XIX, mas talvez ainda mais nas colónias, onde uma população já viajada e, porventura, mais dada à aventura, se interessava muito pelo exotismo de terras semi-ignoradas. Isto, sem esquecer os folhetins românticos, essencialmente destinados ao ócio das senhoras. A imprensa, por sua vez, se não era propriamente muito rica, não deixava de oferecer alguma diversidade de oferta.

As elites mercantis revelaram alguns traços de comportamentos característicos, que eviden-

Para além da capacidade de eleger um deputado às cortes entre os seus, a burguesia mercantil luandense dominava a Câmara Municipal. Paços do Concelho, Luanda. Postal dos inícios do século XX. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino.





A burguesia de Luanda vivia em grande parte concentrada na Rua Salvador Correia, uma artéria nobre da zona baixa da cidade. Lisboa, Arquivo Histórico Diplomático.

ciavam a sua identidade. Um desses traços era, precisamente, a intervenção cívica em favor da continuidade de uma política de obras públicas na província. Numa petição enviada ao rei em 12 de Abril de 1880, setenta e nove cidadãos de Luanda expuseram as suas razões para que as dificuldades financeiras do Estado não pusessem termo aos trabalhos entretanto iniciados:

“Conviria pois que Vossa Magestade houvesse por bem mandar reformar pelo seu Governo o quadro da expedição d’obras publicas, como entendesse, ou auctorisasse da expedição d’obras publicas, como entendesse, ou auctorisasse a província a contractar pessoal para continuar e concluir as obras começadas, fornecendo-lhe meios que a província não tem agora, mas era natural, e quasi certo achar-se no fim d’aquelle periodo em circunstancias de lançar impostos sufficientes para satisfazer o juro e a amortisação dos impres-timos até final realísados, para as obras projectadas”³.

Entre os signatários deste documento encontram-se vários nomes da elite luandense do final do século XIX: entre eles os Palhares

(assinam José Palhares, Manoel José Gonçalves Palhares e mesmo a firma “Palhares & Irmãos”). Mas houve outras intervenções do género. Em Fevereiro de 1890, na sequência do Ultimatum inglês, constituiu-se em Luanda uma comissão patriótica e não é difícil imaginar quem a constituía.

Como vivia esta burguesia, empenhada em objectivos muito locais? Em grande parte concentrada na zona baixa da cidade, onde detinha os seus negócios e, sobretudo, numa artéria nobre como era a rua Salvador Correia. A maior parte destes homens eram comerciantes, muitos deles parte do grupo de maiores contribuintes da província de Angola. As suas casas não se deviam distinguir muito daquela que nos é descrita pelo viajante alemão, George Tams:

‘Ao entrarmos n’habitação do médico algumas negrinhas se achavam promptas para nos abrirem as portas, e subirmos por uma boa escada de pedra que conduzia da espaçosa entrada ao sobrado da casa. Passamos pelo gabinete de leitura, ou antes salão, a que pela sua grandeza se assemelhava, e tendo atravessado diferentes portas, entramos na larga sala de visitas, onde a

senhora da casa se achava junto a uma janella, reclinada sobre uma cadeira de balanço do Brazil, e tres ou quatro negrinhas escravas, assentadas no chão junto della, occupadas na costura. A elegância da sala, o seu soalho e paredes lindamente pintadas, a rica mobília e o delicado gosto dos adornos da senhora, communicavam áquelle todo um ar prazenteiro de commodidade e riqueza. Duas pequeninas escravas estavam assentadas a um canto da sala com um casal de lindos macaquinhos, que ellas seguravam por uma fita [...]”⁴.

Os sobrados eram a forma de habitação preferida por estes grupos (atestam-no os exemplares ainda sobreviventes na Luanda de hoje). Em baixo ficava a cavalariça e, por vezes, a loja, o armazém e as acomodações dos serviçais. Em cima, ficava a residência propriamente dita, com as suas “*largas salas caiadas, de tecto altíssimo e formidável espessura de paredes*”. No interior, “*luzia a boa baixela de prata, a mobília*

importada do Brasil ou de Boston, o dourado dos espelhos suspensos sobre a consola, charões ricos sobre as pedras de mármore e, recolhido no bojo do imponente aparador, lá estava o aparelho de louça inglesa, de tons leitosos e aristocráticos”⁵.

As senhoras rodeavam-se de grande luxo (assim o testemunha o anónimo de autor de *Quarenta e cinco dias em Angola*: “*As senhoras com quanto ostentem aos domingos grande luxo...*”). A elas se destinavam anúncios como este:

“Amélia Ferrão da Costa Guimarães, participa às suas exmas freguezas que a contar de 1 de Fevereiro próximo, toma a gerencia do atelier de modista do Centro Commercial de Angola, onde espera, que a continuação a honrar com a mesma confiança que lhe teem sempre dispensado.

Para a próxima estação, esperam receber muito brevemente lindos e esmerados sortidos em cortes para vestidos e blouses de seda Pompadour, crepe da China, pongees, fazendas de lã e algodão, guarnições, rendas, bordados, etc., etc.”⁶.

Estas senhoras e respectivas famílias seriam, aliás, os grandes consumidores dos produtos não essenciais importados das potências europeias. Quem senão este grupo consumiria artigos como bengalas, boquilhas, cachimbo, alfinetes de peito, brinquedos ou perfumes? Assim munidos, estes homens e estas mulheres asseguravam os seus lugares no grande jogo do civilizador. Este era — segundo acreditava o escritor britânico Rudyard Kipling — o papel do homem branco em África.

Os sobrados eram a forma de habitação preferida da burguesia. Em baixo ficava a cavalariça e, por vezes, a loja, o armazém e as acomodações dos serviçais. Em cima situava-se a residência propriamente dita.
Lisboa, Arquivo Histórico Diplomático.



¹ “A expansão dos portugueses em África” in *História de Portugal*, edição de Barcelos, volume V, p. 449.

² Arquivo Histórico Ultramarino, Angola, maço 869.

³ Arquivo Histórico Ultramarino, Angola, Obras Públicas, caixa 868.

⁴ *Visita às possessões portuguesas na costa occidental d’África*, p. 207.

⁵ *Idem*.

⁶ *Boletim Oficial da Província de Angola*, 16 de Janeiro de 1909, p. 28.